

## 4

### Conclusão

Para além de completar a subordinação do político à economia flexível de consumo, os poderes globais têm sido realmente decisivos para o processo de emancipação e soberania da ordem econômica, a saber, a extensão prática ou formal da lógica consumista (a temporalidade curta) ao sistema social, expressiva o suficiente para constituir um “modo” de vida dominante amplamente incentivado e cultivado pelo regime flexível.

É realmente crucial que pela vitória primeira sobre o político o cidadão tenha sido mais claramente equacionado a sujeito de demandas sociais em função do qual a política, mais do que instrumento de satisfação de necessidades coletivas de que falava Hannah Arendt (ou instrumento de incremento da vida, na compreensão de Michel Foucault), sob pena de sanções severas passou também de algum modo a ser operada por regras econômicas extraterritoriais dependentes do acaso, conforme sustenta Bauman. Pois no instante em que “o estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre as leis da *pólis*, o cidadão transforma-se em consumidor – e o consumidor”, por sua vez, “demanda mais e mais proteção enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar.” (Bauman, 2000, p. 159).

Por fim, não deve ser objeto de perplexidade o fato de que o mercado de consumo e finanças tenha de algum modo assumido parte da condução do que apesar da agenda econômica da esfera pública, ainda era assunto de decisão política. Ao contrário, que os poderes essencialmente não políticos do mercado tenham imediatamente seguido no enalço da ação, quando de sua evasão da esfera pública moderna, decorre da constituição dos eventos pertinentes aos processos econômicos de apropriação, que foram aqui considerados como um dos mais singulares eventos da modernidade. E isso particularmente no que tange às suas implicações políticas: a contiguidade desta esfera ao processo econômico que, em nome do crescimento da riqueza e do ideal de abundância que norteia sua operacionalidade, foi realmente crucial para a elevação do *animal laborans* ao centro da política.

Isso, considerando o fato de que aquele ideal econômico (cujo dispositivo operacional de base foi a economia de consumo) encontrou asilo numa esfera pública que, norteadada pelo incremento da vida social, havia admitido por cidadão o homem na condição de vivente; o homem enquanto portador de demandas cuja satisfação se tornou o alvo da vida política – numa sociedade politicamente organizada à imagem e semelhança da família. A afinidade entre esta política de agenda econômica e o projeto moderno de multiplicação da riqueza social se deve ao fato de que, quando a saciedade é convertida em principal objetivo da vida política, é inevitável que a abundância (seu equivalente normativo) se torne o ideal político por excelência.

Quando o processo vital da espécie ganhou asilo político no mundo humano, o crescimento econômico via consumo, perseguido ao longo da era moderna, encontrou novas e extraordinárias condições de incremento que foram realmente decisivas para o perfil das sociedades hodiernas. Nelas, um consumo alargado (como relação indiscriminada de metabolismo humano com as coisas) confere hoje livre curso ao processo de naturalização que, a título de necessidade econômica – a necessidade de devorar as coisas produzidas à maneira do processo interminável de trabalho –, mina a estabilidade do mundo<sup>1</sup>.

Associados a alguns dos eventos históricos mais decisivos para os traços característicos da esfera pública na modernidade (nomeadamente a confusão entre público e privado e a reabilitação da glorificação da vida em uma sociedade secular), os poderes então emergentes do mercado, hoje poderes globais –, em última análise aqueles ligados à economia de consumo deflagrada pela emancipação do trabalho –, atuaram e permaneceram à espreita das transformações que harmonizaram o político às novas condições econômicas de reprodução do capital.

Quando o aspecto mundano do empenho político foi absorvido pelas demandas sociais, a saber, pelos interesses elementares coletivizados de consumo e aquisição, o processo vital da espécie humana ou a condição do *animal laborans* foi politizada, dando origem à política de agenda econômica.

---

<sup>1</sup> “O princípio do ‘waste’ é o princípio econômico por excelência da sociedade industrial, a descoberta original dos Estados Unidos, a saber: se todas as coisas produzidas se fabricam melhor e mais depressa por meio do trabalho, têm também que ser tratadas como produtos do trabalho, quer dizer, não devem ser usadas, mas têm de ser consumidas, gastas. E isso somente pode ser logrado nas coisas por meio do ‘waste’.” (Arendt apud Duarte, 2010, p. 317)

Mas só a mais recente admissão política da prioridade das leis de mercado, a política de co-operação econômica, é que realmente transformou o cidadão em consumidor. O corolário dessa “subserviência da política à economia globalizada”, uma espécie de “tirania econômica” (Aguiar, 2009, p. 96, 97), é que os limites do que nos é permitido discutir e por fim escolher já não são tão politicamente negociáveis. Este estudo procurou destacar o fato de que há uma desregulamentação econômica que, como disse Gilles Lipovetsky vem “deixando o mercado livre para jogar a sua partida com muitos menos coerções”<sup>2</sup> (Lipovetsky, 2011, p. 47), o que resulta na mais recente forma de descontrole com que o econômico satura a vida de riscos.

---

<sup>2</sup> “O próprio Estado democrático é cada vez menos capaz de funcionar como guarda-fogo da superpotência do mercado. Graças à ascensão dos corporativismos, dos lobbies, das mídias, a própria esfera pública tende a assemelhar-se a um mercado político em que se exerce a concorrência desenfreada dos interesses particulares. As decisões políticas resultam mais do rumor midiático, das pressões de todo tipo, da força dos interesses das mobilizações e categorias que de uma pilotagem plenamente controlada exercida em nome de um interesse superior. Nos Estados Unidos e em muitos países, a competição encarnizada do hipercapitalismo propagou-se na esfera política *via* escalada do lobbies, com seus exércitos de *experts*, advogados e especialistas em relações públicas trabalhando a serviço das empresas a fim de obter decisões suscetíveis de lhes fornecer vantagens competitivas. É ora um Estado adaptando-se aos movimentos da opinião, ora um Estado cacofônico, ora um Estado paralisado que se impõe, reduzindo-se a política à gestão do confronto e da fragmentação de interesses particulares. Ainda mais que o que depende da economia escapa em muito ao controle dos Estados nacionais. Transferências, crises financeiras, demissões, reduções de efetivos, tudo isso é subtraído da influência da autoridade política e ilustra o enfraquecimento do poder de governo das democracias, a impotência do político diante do poder da globalização liberal. Com o hipercapitalismo, desaparece a preeminência do político, característica da antiga modernidade.” (Lipovetsky, 2011, p. 40)